

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

Antonio Carlos da Silva
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Antonio Carlos da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo / Organizador Antonio Carlos da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-474-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.747212009>

1. Ciência política. I. Silva, Antonio Carlos da (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

No século XXI as forças do capital já não estão viradas para conquistas territoriais como tem sido dito. Que fariam elas com zonas econômicas de terra queimada e populações supérfluas?

KURZ, Robert. Poder mundial e dinheiro mundial: Crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015, p. 113.

Tal constatação não omite o prevalecer do processo de imperialismo no atual “campo”¹ histórico da modernidade, pelo contrário, enfatiza que sob a crise estrutural do capital, o que conhecíamos como zonas de influência nacionais, na qual os “impérios” buscavam ampliar as fontes de geração de riqueza e cadeia de valor, tornaram-se sinais de alerta para tentar minimizar as contradições presentes no desenvolvimento irracional da globalização do capital e das feições do Estado no capitalismo.

A política, neste contexto, exige uma crítica teórica que apreenda com a reconstrução histórica e possa ser formulada radicalmente. O compromisso com a emancipação, que não coaduna com o mito fáustico do Progresso e tampouco do crescimento econômico ilimitado, encontra na estatalidade e sua relação com as categorias-chave do moderno sistema produtor de mercadorias um espaço aberto para “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2020) e propor um devir que suplante a dependência unilateral com os limites de viabilidade do radicalismo do mercado e do imperialismo da economia.

Esse é o objetivo primacial desta coletânea intitulada “Ciência Política global: perspectivas de estudos culturais e pós-colonialismo”. A diversidade é uma premissa incontestada neste volume, pois reúne em seus treze capítulos um leque interdisciplinar capaz de abordar criticamente os problemas estruturais sistêmicos e resgatar a relevância da dissociação do valor presente no tripé masculino, branco e ocidental que alimentam as contradições existentes e ampliam a condição de precariedade daquela parte da sociedade dos sem parte que lutam por direitos a ter direitos (RANCIÈRE, 2014).

Não obstante, os/as autores/ras confirmam a tese benjaminiana de que todo documento de cultura é, em essência, um documento de barbárie, pois à luz da falta de autonomia da esfera pública e, por conseguinte, do primado da liberdade política (consoante Hannah Arendt), questões étnico-raciais, de gênero e territorialidade estão no âmago de um sistema no qual o nível civilizatório se apresenta com índices cada vez mais alarmantes de miséria, desemprego, violências sobrepostas (Cavalcanti, 2018), crises energéticas, ecológicas, educacionais e pandêmicas.

Cientes e conscientes da importância da divulgação científica, em especial nesses tempos obscuros em que a necropolítica tornou-se regra, encontramos na Atena uma

¹ Aqui entendido como o moderno sistema produtor de mercadorias, no qual o sujeito histórico é metamorfoseado em predicado consumidor em uma sociedade na qual o trabalho abstrato cria cotidianamente mais valor, mais dinheiro. Neste contexto, o indivíduo e a natureza são tratados como processos de utilização empresarial para valorização ou, parafraseando Kurz (2020), economização abstrata do mundo.

editora comprometida com a divulgação, por meio de uma plataforma consolidada e confiável, dos contributos destes pesquisadores/investigadoras que acreditam que a busca pela compreensão dos fenômenos que nos cercam são o que distinguem os seres humanos de mercadorias.

Antonio Carlos da Silva

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Edição Crítica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.








CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (org.). **Violência doméstica e de gênero: uma abordagem multidisciplinar**. Lisboa: Pactor, 2018, pp. 97-121.

KURZ, Robert. **A democracia devora os seus filhos**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2020.


KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DEMOCRACIA DE MERCADO: A MENTE (TOTALITÁRIA) APRISIONA Antonio Carlos da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120091	
CAPÍTULO 2	15
A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL, DESEMPREGO E RECESSÃO Gustavo Perez Pereira Andrade  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120092	
CAPÍTULO 3	23
LOS PROBLEMAS DE LA DEMOCRACIA ACTUAL: LA PERSISTENCIA DE LAS “FALSAS PROMESAS” Y EL <i>PODER INVISIBLE</i> Héctor Zamitiz Gamboa  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120093	
CAPÍTULO 4	35
TUVALUANOS DESASSISTIDOS GLOBALMENTE EM FACE DA MUDANÇA CLIMÁTICA: DOCUMENTOS OFICIAIS, DIREITOS HUMANOS E O “NÃO FUTURO”? Patricia Benedita Aparecida Braga Fabio Lanza  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120094	
CAPÍTULO 5	51
CIDADANIA AMBIENTAL: LIBERALISMO, COSMOPOLITISMO E SUSTENTABILIDADE Cristiano Luis Lenzi  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120095	
CAPÍTULO 6	73
A CORTE INTER-AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL Bruna Ferrari Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120096	
CAPÍTULO 7	82
A GEOPOLÍTICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA: UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA Rafael Farias  https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120097	
CAPÍTULO 8	96
EDUCAÇÃO NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL AO GIRO DECOLONIAL Elaine Cristina da Silva Zanesco	


Carlos Roberto da Silveira
Clayton Roberto Messias
Solange Maria de Oliveira Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120098>

CAPÍTULO 9..... 108

EL DIÁLOGO Y LA UNIVERSIDAD EN LA TEORÍA DE ALASDAIR MACINTYRE

Mauro Javier Saiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7472120099>


CAPÍTULO 10..... 121

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DO SISTEMA PARTIDÁRIO

Cristiane Silva

Romualdo Theophanes de França Júnior

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200910>


CAPÍTULO 11 134

MARX E POLANYI. CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Edgard Malagodi

Cynthia Xavier Carvalho


Arlide Franco Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200911>

CAPÍTULO 12..... 148

COMISIÓN PASTORAL DE LA TIERRA Y SU ACTUACIÓN PARA IMPULSAR POLÍTICAS PÚBLICAS CON EL FIN DE REDUCIR LA CONDICIÓN ANÁLOGA A LA ESCLAVITUD DEL TRABAJADOR RURAL EN BRASIL


Luiz Augusto Silva Ventura do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200912>

CAPÍTULO 13..... 166

POLÍTICAS PÚBLICAS E DISFAGIA

Haroldo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.74721200913>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 181

ÍNDICE REMISSIVO..... 182

CAPÍTULO 13

POLÍTICAS PÚBLICAS E DISFAGIA

Data de aceite: 01/09/2021

Haroldo da Silva

Doutorando em Ciências Sociais – Política –
pela Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (PUC-SP)

Bolsista da CAPES

Mestre em Desenvolvimento Econômico pela
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Daí que o crescimento econômico tenda a depender mais e mais da capacidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais. Somente a vontade política poderá modificar esse quadro.

FURTADO, Celso

RESUMO: Esse artigo busca lançar luz, pela dialética, à questão das Políticas Públicas do Brasil atual, tendo como pano de fundo a corrente econômica pautada pelo liberalismo. Depois de tratar da conceituação do que venham a ser Políticas Públicas, o artigo sublinha quais têm sido as Políticas Públicas que estão dominando a cena brasileira, por meio de exemplos. O que se depreende é que grupos de interesses bem organizados em volta dos formuladores de Políticas Públicas têm conseguido fazer valer seus objetivos, em detrimento de outros grupos sem representação ou com baixa representação.

Os partidos políticos, num consórcio que envolveu os diferentes matizes do espectro político, raras exceções, ampliaram os gastos com o Fundo Eleitoral, retirando recursos essenciais de áreas cujos impactos sociais são extremamente relevantes; algo disfágico. Nas considerações finais propõe-se que seria oportuno rever essa dinâmica e aprimorarmos o nosso processo civilizatório melhorando a alocação de recursos às áreas cujo impacto social são mais relevantes, sobretudo num país tão desigual como o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Fundo Eleitoral; Políticas Públicas; Capitalismo; Liberalismo.

ABSTRACT: This article seeks to shed light on the issue of public policies in Brazil today, having as its background the current economic thought guided by liberalism. After dealing with the conceptualization of what public policies means, the article underlines the public policies that have been dominating the Brazilian scene through some examples. What emerges is that well-organized interest groups around public policy makers have been able to enforce their objectives to the detriment of other unrepresented or underrepresented groups. Political parties, in a consortium involving the different shades of the political spectrum, with rare exceptions, have increased spending on the Electoral Fund, drawing essential resources from areas whose social impacts are extremely relevant; resulting in something somewhat dysphagic. In the final considerations, it proposes that it would be opportune to revise this dynamic and improve our civilizing process by improving the allocation of resources to areas whose social impact is more

relevant, especially in a country as unequal as Brazil.

KEYWORDS: Electoral Fund; Public Policy; Capitalism; Liberalism.

INTRODUÇÃO

Esse artigo teria outro título. Trataria das Políticas Públicas, porém com sob a perspectiva da análise dos distintos vetores que refletem as formas de reprodução do capitalismo contemporâneo, fundamentalmente na relação capital e trabalho, com vistas a discutir, em especial, a nova rodada de reformas na legislação trabalhista, agora travestida na “carteira verde e amarela”. Com o perdão do prosaico, na verdade, trata-se de um apanhado de alterações no arcabouço normativo das relações de trabalho que vende “aumento na geração de postos” e que, de fato, entrega mais injustiça, já que estudo conduzido pelo Instituto Fiscal Independente (IFI), do Senado, concluiu que essa Política Pública mais arrecadará (inclusive de desempregados) do que gerará empregos.

O desmonte, do pouco que ainda resta de *welfare state*, é tão grande que o governo não teve constrangimento algum ao encaminhar à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6.159/2019, no qual desobriga empresas de adotarem uma política de cotas para pessoas reabilitadas ou com deficiência, desvirtuando a norma vigente que busca sim a inclusão social do trabalhador, não apenas recursos financeiros. Com sua aprovação, bastará à empresa pagar ao governo pela cota que não puder/quiser preencher. Mais uma demonstração da reificação lukacsiana de tudo. Enfim, trata-se de uma afronta ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)¹.

Com a permissão para uma digressão, vale a revelação da ambivalência observada por Harvey sobre a forma de se interpretar e tratar tudo como mercadoria, já que se precisa de um valor financeiro, para que ela possa assumir a forma-dinheiro.

Quando uma mercadoria, que é portadora de valor, é finalmente consumida, ela sai de circulação. Portanto, ‘deixa de ser momento do processo econômico’. Mas esse desaparecimento depende da conversão prévia do valor da mercadoria à forma-dinheiro, e o dinheiro possui a capacidade de permanecer perpetuamente em circulação. Quando se trata do dinheiro, todavia, ‘devém *loucura*; a loucura, entretanto, como um momento da economia e determinante da vida prática dos povos’. A vida cotidiana torna-se refém da loucura do dinheiro.²

Outro aspecto relevante e que comprova essa incongruência que ocorre, mesmo no centro da classe capitalista, é em relação à dicotomia entre o interesse individual e o coletivo, mesmo em relação à redução do custo do trabalho. Se, de um lado, há o desejo de

1. A Deputada Maria Gabrielli (PSDB-SP) fez discurso destacando a incoerência na retirada de direitos dos atendidos pela norma, na semana que se comemora o Estatuto da Pessoa com Deficiência e no dia Mundial da Pessoa com Deficiência. Disponível online em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/mara-gabrielli-sensibiliza-congresso-contra-mudanca-na-lei-de-cotas/>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

2. HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 171.

se ter custos mais baixos com a mão de obra empregada e a sua própria redução numérica, não apenas contábil, o capitalista sabe que, no limite, depende de salários disponíveis na economia para que seus produtos ou serviços tenham consumidores em condições de adquiri-los. Enfim, bom ser capitalista, melhor ainda ser monopolista, mesmo que seja contraditório às “reformas orientadas para o livre mercado”.

Recordemos a contradição fundamental entre o interesse individual de cada empreendedor e o interesse coletivo de todas as classes capitalistas. A troca desigual serve, por definição, aos interesses coletivos, mas não a muitos interesses individuais. Aqueles cujo interesse não era imediatamente contemplado em qualquer momento dado (porque ganhavam menos que seus competidores) tentavam alterar as coisas em benefício próprio. **Em outras palavras, tentavam competir em melhores condições no mercado, tornando sua própria produção mais eficiente ou usando influência política para criar novas vantagens monopolistas para si.** (Grifamos).³

Retomando, mas sem entrar na análise pontual e sistêmica das alterações na legislação no campo do trabalho, já que esse “era” e, por força de circunstâncias outras, não “é” mais o foco deste trabalho, a alteração, como regra das posições antidemocráticas do atual governo, foi instituída por Medida Provisória [no caso da carteira verde e amarela, que acabou perdendo a validade sem que fosse apreciada pelo Legislativo], modo no qual se mitiga, sem dúvida, o debate amplo, tempestivo e necessário no Congresso Nacional.

No entanto, é importante constatar: não há dúvida que o Brasil foi capaz de construir uma equação funesta na qual o trabalhador custa muito para a empresa – sem falar nas questões de controle e obrigações acessórias relacionadas à legislação trabalhista e normas inaplicáveis dada a tecnologia existente no mundo, em muitas vezes, como a NR-12, que trata de segurança do trabalho – e, ao mesmo tempo esse próprio trabalhador leva pouco do que custa, de fato, para sua família, na forma de salário. A tributação sobre folha é muito maior no Brasil do que em países da OCDE⁴.

Contudo, não é esse o recorte que se pretende dar. Ainda que de forma propedêutica, todo esse imbróglcio seria alvo de análise nesse trabalho. Com efeito, o tema é outro. No rol de Políticas Públicas e que também requer atenção, sobretudo a se julgar pela repercussão, há algo que se destaca ainda mais: a ampliação do fundo partidário, principalmente em um momento no qual se desmonta o pouco que resta de Políticas Públicas voltadas à área social. A crítica é, portanto, em relação à maior destinação de recursos para financiar eleições, não aos recursos em si. Sem tratar das questões relacionadas às urgências advindas da pandemia que já ceifou mais de 135 mil vidas, trata-se de avaliar a priorização de demandas, diante da escassez de recursos alegada pelos gestores públicos e mesmo por boa parcela do Parlamento.

3. WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 31.

4. Vide “No Brasil, tributação de salários é maior do que em países da OCDE”, Diário do Comércio, disponível online em: <https://dcomercio.com.br/categoria/leis-e-tributos/no-brasil-tributacao-de-salarios-e-maior-do-que-em-paises-da-ocde>, acesso em 5 de dez de 2019.

Vale sublinhar a advertência, portanto: não se trata de retirar relevância da necessidade de fundos para fazer funcionar a democracia e o sufrágio universal. Muito ao contrário disso, caso não tivéssemos esse tipo de instrumento, a democracia [e a probabilidade de ser eleito] poderia ser exercida – com ainda mais vantagem – pelos detentores de recursos financeiros; os mais abastados. Como resultado, teríamos a plutocracia ainda mais presente.

Correlacionado o que será tratado ao título desse trabalho, portanto, fica evidente a dificuldade de “engolir” os argumentos para ampliação do fundo eleitoral [diferente do fundo partidário, que é mensal] e, no mesmo cenário, tendo como contrapartida a redução de recursos destinados aos programas como “Minha Casa Minha Vida”. Ignominioso o fato de que Saúde, Educação e Infraestrutura perderão recursos para que partidos possam ampliar seus gastos nas eleições de 2020, conforme proposto pela Comissão de Orçamento do Congresso, ao aprovar o relatório inicial que reserva R\$ 3,8 bilhões para essa rubrica, frente aos R\$ 1,7 bilhão da eleição imediatamente anterior.

A disfaça sobre o tema vem não só da medida que fortalece o caixa dos partidos, sem que isso necessariamente robusteça o processo democrático, mas também da aliança *sui generis* que põe lado a lado partidos que, em tese, são de oposição e os que dão amparo ao atual governo. A medida teve o apoio de treze partidos: PT, PP, MDB, PTB, PSL, PL, PSD, PSB, Republicanos, PSDB, PDT, DEM e Solidariedade⁵.

Como afirma Giannetti: “desmorder a maçã não existe como opção”⁶. Dessa forma, o momento de tratar desse assunto é agora, sob pena de não ser possível fazer mais nada sobre esse tema e o resultado ser a retirada pura e simples de recursos de áreas extremamente necessitadas de investimentos e que, na maioria das vezes, atende primordialmente à população mais vulnerável, socialmente falando.

Mais uma evidente demonstração de que economia e política⁷ são, no fundo, irmãs siamesas. Se os recursos são escassos e as necessidades ilimitadas, como define a economia, tem que se recorrer à política para decidir a melhor maneira de alocar esses poucos recursos, de forma atender interesses dos diferentes grupos sociais. O problema está, no limite, na forma de se definir e executar as Políticas Públicas, portanto. É desse assunto que trata esse trabalho.

Assim, o objetivo é buscar entender, à luz da bibliografia e referencial teórico pertinente, por meio da dialética, como as Políticas Públicas se apresentam no Brasil, suas contradições, conflitos e dissonâncias, tendo como base a proposta de ampliação de recursos para o Fundo Eleitoral, em detrimento de orçamentos para áreas sabidamente com maior impacto social imediato, como Saúde, Educação e Infraestrutura.

5. Esse processo e a transformação recente na legislação foram relatados, de forma bastante didática em um POD-CAST do Jornal Folha de São Paulo, no dia 6 de dezembro. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/5VLTtk-gZuAXhSR4XPTajtH?si=h_pO9yXFQ8me5a0QjqO79w, acesso em 7 de dezembro de 2019.

6. GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 36.

7. BAUMAN, Zygmunt.; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro, 2016, p. 32 definem a política como a habilidade de decidir que coisas são necessárias e devem ser feitas.

Para atender esse propósito o artigo está dividido em três partes, além dessa introdução. Na primeira, será conceituado o que se entende por Política Pública e, na segunda, como ela tem sido conduzida pelos órgãos de Estado, mais recentemente, num cenário de aprofundamento do capitalismo ultraliberal. Por fim, apresentam-se algumas considerações.

POLÍTICAS PÚBLICAS: ESCOLHAS

Na pesquisa científica é essencial conceituar, bem como delimitar o objeto de estudo. Weber trata da conceituação em grande parte de sua obra. Em especial no texto “Conceitos sociológicos fundamentais”. Ao abordar a questão da racionalidade, na economia e nas decisões dos agentes econômicos, Weber descreve o conceito de compreensão. Para ele a compreensão significa a apreensão interpretativa⁸.

Ademais, assegurou também Kant, todo conhecimento exige um conceito, por mais imperfeito ou obscuro que este possa ser⁹. Assim, é importante circunscrever o que se entende por Políticas Públicas.

Dessa forma, com vistas à construção de um conceito, ao certo ainda impreciso, mas útil, sobre Políticas Públicas, Heringer recorreu à: descrição ontológica do que é uma Política Pública; as suas tipologias; e a definição dos objetivos e dos tipos de análises existentes sobre elas. Ao se apoiar em vários autores, reconheceu que não há um conceito preciso. Contudo, como o foco aqui é bastante ligado à escassez de recursos e as escolhas necessárias, cabe muito bem a afirmação de que: “Dye afirma que Política Pública é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”.¹⁰

Contudo, há al menos uma outra definição parece ser mais ampla e, quiçá, mais atrelada ao tema discutido nesse trabalho. Willian Jenkins propõe entender Políticas Públicas como sendo:

Um conjunto de decisões interrelacionadas tomadas por um ator ou grupo de atores políticos com respeito à seleção de objetivos e meios de alcançá-los no contexto de uma situação específica aonde essas decisões deveriam, em princípio, estar na esfera de poder desses atores para alcançá-los.¹¹

Ao final, Hering constrói sua própria conclusão sobre o termo Política Pública que é a escolha de ações coordenadas, estabelecidas pelo Estado, diante da sociedade, objetivando trazer benefícios para a própria sociedade, no todo ou em parte, definida pelo

8. Para saber mais, ler WEBER, M. *Conceitos sociológicos fundamentais* in BOTELHO, André (org). **Sociologia essencial**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2013, p. 374.

9. KANT, I. **Crítica da razão prática**. Coleção Folha Grandes Nomes do Pensamento. São Paulo; Folha de São Paulo, 2015.

10. DYE, T. R. *Understanding public policy [by] Thomas R. Dye* [S.l.; sn], 1995, p. 3, in HERING, Flávio Roberto de Almeida. *Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas*. ILB [Instituto Legislativo Brasileiro], Brasília, 2018, p. 23.

11. JENKINS, W. I. *Policy analysis: A political and organizational perspective*. [S.L.], in HERING, Flávio Roberto de Almeida. *op. cit.*, p. 23.

alto escalão, tendo o aspecto temporal pré-estabelecido¹².

Como se pode notar, as Políticas Públicas estão baseadas em escolhas, feitas por quem ocupa cargos de poder no aparato do Estado e que têm como finalidade atender às demandas da sociedade, ou parte dela, em um determinado período. Como se tem o Estado como elemento condutor dessas ações, a relação estabelecida é sempre uma relação formal, no sentido de se estar submetida ao crivo da lei.

Políticas Públicas são tão importantes que Aghion e Roulet dedicam um capítulo de seu livro para tratar da avaliação delas. Vão além, ao criticar que a França não tem um instituto dedicado a avaliá-las, afirmando que a França está atrasada, frente a outros países da OCDE. Citam, por exemplo, EUA e Reino Unido.

A França encontra-se, hoje em dia, numa encruzilhada. Ou perpetua um sistema em que predomina a convivência entre meios de comunicação, a indústria e os dirigentes de Estado, ou entre os avaliadores e os que julgam os políticos. Ou opta por se inspirar nas práticas democráticas em vigor nos países, onde os meios de comunicação são independentes, tanto da indústria como do poder político, e onde a avaliação das políticas públicas é atribuída a organismos independentes do poder executivo e dotados de grandes recursos¹³.

Com resultado: não servem, na análise dos autores, as avaliações do IPEA, FIESP, IEDI, já que defendem o papel de *Think Tanks* e organismos independentes do governo ou de outras instituições formadas por grupos diretamente envolvidos e, dessa forma, favorecidos ou prejudicados pela análise.

A questão central está no fato de que um determinado grupo, que ocupa as instâncias de poder, é quem acaba, por fim, determinando quais Políticas Públicas vão ser adotadas, quão priorizadas serão e quem será o público-alvo delas. Essa seleção é feita a partir da articulação das forças de pressão, legítimas ou não, de determinados grupos de interesse, sobre esse grupo responsável pela decisão da alocação dos recursos.

Tem-se, assim, o campo de forças que é também um campo de lutas; um campo de ação socialmente construído onde se confrontam agentes dotados de recursos e habilidades diferentes e do qual resultam dominantes e dominados, segundo Bourdieu. Quando esse espaço de luta se dá pela divisão de recursos do Estado, aqueles grupos que, no campo, conseguem exercer suas pressões de forma mais efetiva, modificam o jogo a seu favor.¹⁴

O que não há dúvida, hoje, é que os grupos – e interesses, refletidos na “Guerra de Trincheiras” – que têm acesso aos formuladores de Políticas Públicas, são de gênese ultraliberal, corrente ideológica que resistiu ao século XX e ganhou vigor, no mundo de uma forma geral, sobretudo depois da eleição de Donald Trump, em novembro de 2016. Com efeito, a hegemonia de matriz keynesiana perdeu espaço.

12. HERING, Flávio Roberto de Almeida, *op. cit.*

13. AGHION, Philippe.; ROULET, Alexandra. **Repensando o Estado: para uma social-democracia da inovação**. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2012, p. 137.

14. BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico*. Revista Sociedade & Política. Florianópolis: N° 6. Abril de 2005.

A resposta à hegemonia “intervencionista”, sobretudo quanto à organização econômica da sociedade, no século XX, expressou-se na forma de resistências tenazes dos ultraliberais, em diversos países, a ponto de se organizarem como *think-tanks* – pessoas e ideias aglutinadas em instituições estratégicas, com forte capacidade de espriar seus pressupostos, que informam diagnósticos e proposições (gerais e tópicos), tendo em vista a conquista de espaços crescentes para o campo liberal (no caso). Implica, portanto, um movimento (anteriormente aludido) que podemos denominar (à luz de Gramsci) Guerra de Trincheiras (ou Posições) Ideológicas. (Grifos no original)¹⁵

Mas, retomando, ainda a construção do conceito de Políticas Públicas, é interessante notar como outros autores trataram do tema. Fonseca buscou dar uma ênfase às Políticas Públicas a partir de uma análise crítica do termo que, por vezes, tem abordagens enviesadas até mesmo para impedir o seu real entendimento, inclusive dos interesses envolvidos, com vistas a “naturalizar” determinados processos que, de natural, nada têm.

Em outras palavras, no mundo real da política, “políticas públicas” expressa uma infundável teia de interesses, que congrega desde a capacidade técnica de elaborar e implementar um dado programa, as contendas orçamentárias, e as combinações e recombinações de interesses em cada etapa do ciclo¹⁶

Ademais, o autor destaca que as Políticas Públicas de caráter transformador são limitadas, de um lado, pelo modelo de acumulação, mas também o são, de outro, pela própria lógica do sistema político. Note-se que qualquer relação no que tange à mudança proposta de ampliação do Fundo Eleitoral, às custas da área social, não é mera coincidência. O poder de utilização desses recursos será determinado pelos partidos, num primeiro momento, e, em outro, pelas quase capitâneas hereditárias que os coordenam, formando um ciclo de perpetuação no poder, sem igual. O *status quo* é a meta!

Enfim, Políticas Públicas podem ser entendidas como a ação do Estado para atender determinado objetivo, por meio de sua intervenção, centrando essa medida em um determinado grupo ou expandindo-a a outros. Não é possível afirmar que Políticas Públicas são boas ou más, adequadas ou inapropriadas, à priori. Faz-se necessário avaliar a Política Pública específica ou o conjunto delas para que seja possível compreender seus méritos e estimar seus efeitos. Contudo, como fazer política é fazer escolhas, promover Políticas Públicas também é traçar preferências.

O professor Ladislau Dowbor¹⁷ correlaciona as Políticas Públicas, quando voltadas à população com vistas ao desenvolvimento das áreas sociais, a uma espécie de salário indireto, capaz de mitigar as desigualdades sociais, presentes e que só tem se aprofundado no Brasil e pelo qual vale a pena lutar para mudar. Luta essa que, no limite, seria uma afronta à lógica calvinista que, para seus seguidores, é apaziguadora da divisão desigual

15. FONSECA, Francisco César Pinto da. **Consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo, 2005, p. 59.

16. FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. Cadernos EBAPE.BR, 2013, p. 404, disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n3/06.pdf>, acesso em 7 de dezembro de 2019.

17. DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

de bens nesse mundo, já que ela é obra da Providência divina.

Assim, ao discutir com alguma profundidade as escolhas feitas pelos entes do Estado é, de certa forma, promover o debate em relação a que sociedade se quer. Com esse pano de fundo é que se constrói a próxima seção.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL ATUAL: O FUNDO ELEITORAL

Numa sociedade democrática, em tese, as forças representativas estão dispostas no Executivo e no Legislativo, principalmente. Claro que no Judiciário elas também se mostram presentes, mas de uma forma menos clarividente e aberta. Ao menos deveria ser assim. Sem dúvida, posições políticas nesse último Poder da República ainda são mais comedidas, comparativamente aos outros. Afinal, magistrados deveriam se pronunciar nos processos. Feita essa ressalva, os órgãos de Estado vão, de certa forma, espelhar o que essas correntes refletem, quer sejam em termos econômicos, políticos, nos costumes e em todos os aspectos da vida em sociedade. Entretanto, não equivale, na democracia, de outro lado, dizer que a vontade da maioria deve aniquilar direitos, ainda que seja das minorias.

No Brasil atual, no qual o ultraliberalíssimo é a tônica da condução das políticas, especialmente do ponto de vista econômico, a orientação dos formuladores de Políticas Públicas tem sido no sentido de levar adiante essa agenda do Estado mínimo, com todas as suas implicações, boas e/ou más, a depender do ponto de vista de cada um dos grupos atingidos por essas políticas.

Evidentemente, que o atual pensamento dominante da política brasileira é o da visão liberal. Cunhado a partir de um aparato conceitual capaz de mobilizar sensações e instintos (corações e mentes), valores e desejos, bem como apresentar distintas possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos, a liberdade individual tem essas características e forma, junto com a dignidade humana, um dos “valores centrais da civilização”. Não resta dúvida de que são sedutores esses argumentos¹⁸.

Com efeito, a “estabilidade” do País está suportada pela Política Econômica conhecida como Neoliberal. Para muitos, ultraliberal. Não se trata apenas de uma questão semântica, mas tem profundas diferenças, sendo a segunda versão ainda mais radical em relação à supremacia do “mercado” frente ao “Estado”. Busca-se, com isso, solapar políticas econômicas keynesianas e deixar que as forças “livres do mercado” atuem e tragam, por meio da “mão invisível” de Adam Smith, soluções ótimas. Um receituário que serve, segundo essa corrente, a todas as regiões do mundo, indistintamente, inclusive para o Brasil.

Nesse aspecto, a própria democracia é que deixa de ser unanimidade. Talvez seja um preço alto demais para os “mercados”. Para além das contradições próprias do capitalismo, mesmo no pensamento liberal a democracia não é vista somente como

18. HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 15.

positiva aos seus interesses. Liberais temiam que a democracia plena compromettesse os mercados e abrisse espaço para a instauração do socialismo. Em verdade, para proteger o capitalismo contra a intrusão política, recorreram ao *laissez-faire*¹⁹. Dessa forma, não parecem descabidas as menções apologéticas a um novo AI-5 feitas em 31 de outubro por um dos filhos do Presidente Bolsonaro, Eduardo, que, ironicamente, é Deputado Federal, repaginada e repetida em 25 de novembro, em Washington, menos de um mês depois, pelo Ministro Paulo Guedes.

Aliás, não é novidade que o espectro liberal do pensamento econômico sopesa a democracia em menor relevância, frente a outros valores que lhes são também caros, como a liberdade. Ao citar Tocqueville, Friedman alerda que o Partido Democrata dos Estados Unidos tenha lutado para aumentar o poder do governo em nome do conceito de “igualdade” que, por conta do gosto pervertido, impele o fraco a tentar rebaixar o poderoso a seu próprio nível²⁰.

Nesse ponto vale um alerta: ataques contra a democracia são feitos de forma paulatina, quase imperceptível. De maneira geral são investidas realizadas de maneira cuidadosa e aparentemente insignificante, já que as eleições continuam a ser realizadas, políticos de oposição ainda têm seus assentos no Congresso e a mídia independente mantém sua circulação. Na mesma toada, alterações na legislação são realizadas, com o respaldo do Parlamento, sobre o pretexto de resolver questões urgentes, como combater à corrupção, limpar as eleições e aperfeiçoar a própria democracia²¹. Semelhança com o Brasil atual?

Importante sublinhar que essa dinâmica não está isenta de contradições, mesmo dentro dos grupos relativamente homogêneos. A ambiguidade de posicionamento pode ser exemplificada a partir do tema “abertura comercial”. Grande parcela do dito “mercado” é extremamente favorável a essa agenda. Contudo, dentro do grupo dos defensores mais combativos das Políticas Públicas pró-mercado, há um subgrupo que é contrário à abertura comercial unilateral e que está na ordem do dia do governo brasileiro.²²

Aliás, o tema “contradições” é algo extremamente importante para se compreender as questões mais complexas do capitalismo e, por conseguinte, do liberalismo. Harvey inclusive usa uma estratégia taxonômica interessante ao dividir o estudo das contradições intrínsecas ao capitalismo em três frentes: i) as fundamentais (aquelas sem as quais o capitalismo sequer funcionaria sem elas); ii) as mutáveis (que tem ângulos perspectivos e possibilidades futuras e estão por trás da evolução histórica e geográfica do capital); e iii)

19. ESPING-ANDERSEN, Gota. “As três economias políticas do *Welfare State*” in Revista Lua Nova, Cedec, n. 24, 1991, p. 93.

20. FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher: Uma reflexão sobre a relação entre liberdade e economia** - São Paulo: Ed. Record, 2015.

21. LEVITSKY, Steven.; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 80-1.

22. FONSECA, Francisco César Pinto da. **Consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo, 2005 trata da questão da ambiguidade de posicionamento de grupos de interesse, especialmente nas páginas 94 e seguintes.

as perigosas (que variam de época para época e de lugar para lugar, mas que não chegam a ser fatais porque há alternativa a elas).²³

Correndo o risco da redundância, exemplo de sucesso na defesa de interesses no atual governo é o caso do Ministério da Defesa (Forças Armadas). As restrições orçamentárias, prerrogativa do ajuste nas Contas Públicas, impostas pelo Ministério da Fazenda, têm levado a sucessivos cortes de verbas, em várias pastas do governo. Sob o manto da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Limite do Teto dos Gastos, presentes no arcabouço normativo brasileiro, o governo Bolsonaro já sinalizou que manterá as verbas para a área de Defesa, que não sofrerá diminuição de orçamento para o ano que vem (2020). De outro lado, equipamentos para escolas infantis e medicamentos para doenças raras – sempre muito caros – não estão sobre o mesmo tipo de proteção, no que tange a cortes ou contingenciamentos de recursos. Enfim, uma inequívoca demonstração de Política Pública pautada por interesses de um grupo que foi fundamental para a eleição do atual presidente, bem como para sua sustentação política²⁴.

Contudo, cumpre voltar ao tema que fez esse trabalho existir, com o novo foco: a majoração do fundo eleitoral, que saiu de R\$ 1,7 bilhão e passará a ser de R\$ 3,8 bilhões, montante previsto na aprovação do relatório preliminar na Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Domingos Neto (PSD-CE). Todavia, qual a razão desse tema ser importante, em relação às Políticas Públicas? A resposta passa pela disfagia que causa cortar gastos sociais, fragilizando ainda mais as políticas dessa área, enquanto, paralelamente, amplia-se o gasto com o Fundo Eleitoral, inclusive acima do patamar de R\$ 2 bilhões que era a proposta do governo.

Cumpra uma consideração: é claro que a democracia e as eleições, portanto, precisam de recursos e de financiamento. Muitos são os defensores de que esse dinheiro venha apenas de pessoas físicas, outros de pessoas jurídicas também e um terceiro grupo defende o uso de financiamento público para tanto, além das versões que mesclam todas as alternativas anteriores, com méritos e problemas de cada uma delas. A questão não é essa. O que se trata aqui é de priorizar com mais dinheiro políticos e partidos em detrimento das áreas sociais, sabidamente carente de recursos.

Outro ponto *sui generis* envolvendo esse assunto é que, paradoxalmente, o tema põe lado a lado, numa osmose suspeita, partidos que dominam a polarização atual: PT e PSL. A medida, que deve resultar em mais do que duplicar os gastos dessa rubrica, teve o apoio também de outros onze partidos: PP, MDB, PTB, PL, PSD, PSB, Republicanos, PSDB, PDT, DEM e Solidariedade. Ficaram contrários apenas: Podemos, Cidadania, PSOL e Novo.

Como arranjo para a ampliação desse gasto, convencionaram os partidos cortar

23. HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

24. Vide O Estado de São Paulo: *Bolsonaro exclui Defesa de cortes de verbas em 2020*. Edição Digital, 6 de dezembro de 2019.

investimentos em Saúde (R\$ 500 milhões), em Educação (R\$ 280 milhões) e em Infraestrutura, que inclui habitações (R\$ 380 milhões). Os cortes atingem programas como a Farmácia Popular (R\$ 70 milhões) e o Minha Casa Minha Vida (R\$ 70 milhões). Tudo isso em nome da manutenção do teto dos gastos, ou “ajuste fiscal”²⁵.

Destarte, a política de aumento de gastos em eleições adotada afeta, em muito, de forma inversa à lógica do que seriam Políticas Públicas mitigadoras da desigualdade brasileira, já que impõem mais restrições às áreas sociais das quais dependem mais a população menos favorecida. Eis o Estado, em seu exercício ilegítimo da violência, num consórcio entre o Executivo e o Legislativo, impactando diretamente o conflito distributivo, porém em detrimento daqueles que menos têm, ampliando ainda mais a assimetria entre as diferentes classes sociais brasileiras, das mais flagrantes do mundo.

Hoje, estudos permitem entender a desigualdade de maneira muito mais sistêmica. Sobre a desigualdade de renda – o dinheiro que entra no nosso bolso para o gasto privado – temos todas as informações necessárias. **Sabemos, inclusive, que o Brasil se situa entre os dez países mais desiguais do planeta.** Mas as famílias também dependem do patrimônio acumulado, como casa e equipamentos domésticos, que qualificamos como riqueza ou patrimônio. **Igualmente importante é o salário indireto, constituído pelo acesso a políticas públicas como saúde, educação, segurança, além de infraestruturas como ruas asfaltadas, iluminação pública: um canadense pode ter um salário menor do que o norte-americano, mas ele tem acesso universal gratuito a bens e serviços públicos que mais do que compensam a diferença.**²⁶ (Grifamos)

O que parece é que, no Brasil, conseguiu-se fazer, com maestria, aquilo que Hegel tratou quando descreveu que uma grande massa de pessoas caiu abaixo de um nível de subsistência, resultando na criação de uma multidão de pobres, ao mesmo tempo em que, em outro extremo, se tem a concentração desproporcional de riqueza numas poucas mãos.²⁷

Cabe sublinhar, por fim, a atualidade da obra de Marx e Engels no Manifesto, citada por Harvey: “Causa-lhes horror nossa intenção de suprimir a propriedade privada [...] mas na sociedade atual de vocês a propriedade privada já foi suprimida para nove décimos da população”.²⁸

Lamentavelmente, assiste-se o aparato do Estado tomando para si, na tentativa de perpetuar-se no poder, recursos que farão muita falta a milhões de brasileiros, cada vez mais excluídos, exatamente o inverso de uma perspectiva kantiana do “dever-ser”. Não seria exagero afirmar que está em curso acelerado um conjunto de Políticas Públicas

25. Folha de São Paulo: *Veja Quais partidos apoiam inflar o fundo eleitoral com dinheiro de áreas sociais*. Edição digital de 5 de dezembro de 2019.

26. DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017, p. 25.

27. HEGEL, F. **A filosofia do direito**. 1967, p. 150 in HARVEY, David. **Espaços da Esperança**. São Paulo: 3ª Edição. Edições Loyola, 2009, p. 45.

28. HARVEY, David. **Espaços da Esperança**. São Paulo: 3ª Edição. Edições Loyola, 2009, p. 66.

padrão Robin Hood, às avessas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito do encerramento de produções científicas, como artigos, serem personalíssimos e, portanto, sem a recorrência de fontes outras, vale trazer uma citação – tal qual fábula fosse – apenas como pano de fundo necessário para uma conclusão assertiva.

Nesse sentido, consta que Mahatma Gandhi, ao desembarcar, em 1931, no sul da Inglaterra para uma conferência que trataria do futuro da Índia, ao ser abordado por um jornalista, teve que responder à seguinte questão: “O que o senhor acha da civilização ocidental”? O líder indiano, de forma objetiva respondeu: “Acho uma boa ideia”.

Nesse trabalho buscou-se centrar a análise numa parte da Política Pública no cenário político atual. Muitos poderiam ser os exemplos das Políticas Públicas impostas aos brasileiros. Ainda que de forma muito breve, foi abordado o caso da mudança na legislação trabalhista em 2019, completando o que foi iniciado no governo Temer, com a redução ainda mais incisiva de direitos, chegando até mesmo a fazer com que os trabalhadores desempregados suportassem parte das desonerações à folha de pagamentos, por meio da tributação ao seguro desemprego, passando pela alteração na política de cotas para deficientes e reabilitados, numa espécie de mercadorização extrema.

Todavia, o cerne do trabalho revela que a disfagia maior advém do deslocamento inequívoco de recursos de áreas socialmente sensíveis para patrocinar as eleições municipais, de maneira mais onerosa do que a eleição passada. Evidente que em relação aos municípios o número de candidatos será maior, como será também maior o número de postulantes aos cargos podendo angariar recursos de fontes adequadas à legislação atual que trata do assunto. Ademais, campanhas com poucos recursos financeiros usaram a internet e as mídias sociais para serem alavancadas e os exemplos são vários. Além disso, a divisão dos recursos dentro dos partidos é outro ponto nebuloso e que precisa de mais estudos que visem clarear formas de aprimorar a representatividade da população, preservando direitos dos excluídos de sempre e que são classificados, normalmente, como “minorias”.

Ao circunscrever o que traduz o conceito de Políticas Públicas, ressalvadas as dificuldades metodológicas apontadas, nota-se que, no limite, trata-se de um conjunto de decisões tomadas pelos ocupantes dos cargos públicos, com vistas a atender um certo número – ou grupo – de pessoas. Como há restrições econômicas – recursos escassos – sempre se faz necessário realizar escolhas. O conceito econômico de custo de oportunidade está presente na decisão política, portanto.

O que se nota, a partir dessas escolhas que foram analisadas, é que a área social está à mercê das influências de grupos demasiadamente corporativistas que acabam

drenando os recursos do orçamento para seus interesses, alijando aqueles grupos que estão agora com menor capacidade de persuasão política. Dito de outro modo, políticos estão usurpando recursos da Saúde, da Educação e da Infraestrutura para manterem-se no poder e, com efeito, capturar ainda mais recursos, enquanto deixam as reais prioridades da população brasileira à margem. Não há nada de civilizado nisso, tampouco democrático.

O *mainstream* político e econômico de matiz liberal, em diferentes variantes, tem dado a tônica da pauta do governo e dos diferentes órgãos do aparato do Estado. Estão ganhando a luta no campo. Nessa forma de ver a Política Pública, o Estado deve ser mínimo, inclusive em áreas que sejam sua função precípua. Deixar espaço para o mercado é o que importa. Contudo, as próprias contradições capitalistas revelam que as disputas são intrínsecas também endogenamente, cada grupo quer um Estado para chamar de seu.

Outra constatação é a de que grupos que deram suporte à chegada ao poder por parte do atual governo têm sido agraciados com mais atenção às Políticas Públicas, o que é, de certa forma, natural. O que não é natural é a inversão de prioridades que está estabelecida e flagrante na condução das Políticas Públicas, o que causa a real disfgia. O que também não é natural, portanto disfágico na acepção do termo, tampouco aceitável, é que lados diametralmente opostos no campo político – honrosas as exceções – formem consórcios oportunistas para reduzir ainda mais o alcance das Políticas Públicas que seriam capazes de mitigar a brutal desigualdade social extrema que assola o Brasil, historicamente, e que são refletidas a partir de padrões de sexo, classe e raça.

Parafaseando Gandhi: seria uma boa ideia termos, no Brasil, Políticas Públicas civilizadas e, além disso, condizentes com a redução efetiva do *gap* que há entre aqueles que precisam, de fato, dessas políticas e daqueles que apenas se servem delas. Weber, em seus tipos ideais, já sinalizou a diferença entre os políticos que vivem para a política e os que dela vivem. Cada vez mais raros os do primeiro grupo, desafortunadamente.

REFERÊNCIAS

AGHION, Philippe.; ROULET, Alexandra. **Repensando o Estado: para uma social-democracia da inovação**. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2012.

BAUMAN, Zygmunt.; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Rio de Janeiro, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico*. Revista Sociedade & Política. Florianópolis: Nº 6. Abril de 2005.

DIÁRIO DO COMÉRCIO: “No Brasil, tributação de salários é maior do que em países da OCDE”. Disponível online em: <https://dcomercio.com.br/categoria/leis-e-tributos/no-brasil-tributacao-de-salarios-e-maior-do-que-em-paises-da-ocde>, acesso em 5 de dez de 2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DYE, T. R. *Understanding public policy [by] Thomas R. Dye* [S.l.; sn], 1995, p. 3, in HERING, Flávio Roberto de Almeida. *Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas*. ILB [Instituto Legislativo Brasileiro], Brasília, 2018.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. “As três economias políticas do Welfare State” in Revista Lua Nova, Cedec, n. 24, 1991.

FOLHA DE SÃO PAULO. PODCAST do dia 6 de dezembro. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/5VLTtKgZuAXhSR4XPTajtH?si=h_pO9yXFQ8me5a0QjqO79w, acesso em 7 de dezembro de 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO: Veja Quais partidos apoiam inflar o fundo eleitoral com dinheiro de áreas sociais. Edição digital de 5 de dezembro de 2019.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **Consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo, 2005.

FONSECA, Francisco. *Dimensões críticas das políticas públicas*. Cadernos EBAPE.BR, 2013, p. 404, disponível online em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n3/06.pdf>, acesso em 7 de dezembro de 2019.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher: Uma reflexão sobre a relação entre liberdade e economia** - São Paulo: Ed. Record, 2015.

FURTADO, Celso. **Essencial** in (Org) D’AGUIAR, Rosa Freire. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Espaços da Esperança**. São Paulo: 3ª Edição. Edições Loyola, 2009.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEGEL, F. **A filosofia do direito**. 1967, p. 150 in HARVEY, David. **Espaços da Esperança**. São Paulo: 3ª Edição. Edições Loyola, 2009.

HERING, Flávio Roberto de Almeida. *Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas*. ILB [Instituto Legislativo Brasileiro], Brasília, 2018.

JENKINS, W. I. *Policy analysis: A political and organizational perspective*. [S.L.], in HERING, Flávio Roberto de Almeida. *Quantas políticas públicas há no Brasil? O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas*. ILB [Instituto Legislativo Brasileiro], Brasília, 2018.

LEVITSKY, Steven.; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO: *Bolsonaro exclui Defesa de cortes de verbas em 2020*. Edição Digital, 6 de dezembro de 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEBER, M. *Conceitos sociológicos fundamentais* in BOTELHO, André (org). **Sociologia essencial**. 1^a ed. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2013.

SOBRE O ORGANIZADOR

ANTONIO CARLOS DA SILVA - Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2021/2023). Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de León (Espanha), com estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2009/2011). Professor universitário e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal, Interdisciplinar, CAPES 4). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSal/CNPq), com uma abordagem crítica sobre as categorias: Estado, Poder, Democracia, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Desenvolvimento, Crise e Ética. Integrante do Instituto Jurídico Portucalense, Portugal, na área de Democracia e governança para o século XXI. Experiência em gestão universitária, ensino de graduação e pós-graduação (Stricto Sensu), extensão e investigação em redes. CV: <http://lattes.cnpq.br/2735855153608701> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1584-7784>

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 30, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94

Agricultura familiar 134, 137, 139, 146

Alasdair Macintyre 108

América Latina 16, 24, 29, 30, 31, 74, 81, 83, 88, 103, 106, 107, 138, 148, 165

B

Barbárie 1, 4, 6, 7, 10, 11, 13, 14

Brasil 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 40, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 107, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 178, 179

C

Capitalismo 13, 20, 21, 22, 24, 105, 135, 154, 164, 166, 167, 168, 170, 173, 174, 175, 179, 180

Celso Furtado 15, 21, 154

Cidadania 1, 7, 8, 9, 35, 36, 37, 39, 40, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 148, 175, 181

Cidadania ambiental 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Colonialismo 6, 84, 104

Comissão Pastoral da Terra (CPT) 148, 149, 150, 159

Comunitarismo 61, 62, 68, 108

Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) 73, 74, 78, 80

Cosmopolitismo 51, 62, 63, 64

Crise estrutural 2, 6, 11, 135

Czeslaw Milosz 1, 2

D

Democracia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 49, 57, 72, 75, 80, 81, 96, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 169, 171, 173, 174, 175, 178, 181

Desemprego 3, 11, 15, 20, 21, 135, 144, 177

Desenvolvimento 6, 11, 15, 17, 18, 20, 21, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 63, 67, 75, 85, 88, 91, 99, 101, 129, 131, 134, 135, 136, 139, 140, 142, 143, 146, 151, 165, 166, 172, 181

Direitos humanos 1, 35, 36, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 64, 65, 66, 68, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 123, 150, 151, 165, 181

Disfagia 166, 169, 175, 177, 178

E

Educação 1, 14, 21, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 169, 176, 178, 181

Emancipação 1, 4, 6

Estado 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90, 91, 94, 96, 97, 99, 102, 109, 111, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 140, 142, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181

F

Fundo eleitoral 166, 169, 172, 173, 175, 176, 179

G

Geopolítica 82, 83, 85, 86, 92, 93, 94, 104

Globalização 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 60, 65, 138

H

Hannah Arendt 1, 12

I

Indústria de defesa nacional 82, 90, 91, 93

Insegurança alimentar 134, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 145

J

Judith Butler 1

Justiça de transição 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81

K

Karl Marx 134, 135, 142

Karl Polanyi 134, 135, 139, 140, 143, 144, 145

L

Liberalismo 51, 56, 57, 68, 110, 124, 125, 166, 174

M

Mercado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 45, 46, 66, 88, 91, 101, 118, 134,

138, 139, 140, 143, 144, 145, 157, 163, 168, 173, 174, 178

Modernidade 3, 4, 5, 10, 36, 70, 104, 105, 106

Mudança climática 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mundialização 15, 19, 21, 22

N

Necropolítica 7, 12, 14

Norberto Bobbio 23, 26, 27, 28, 34

P

Partidos políticos 3, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 153, 154, 166

Poder 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 38, 39, 43, 53, 62, 79, 85, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 105, 107, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 181

Políticas públicas 42, 56, 132, 134, 137, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 155, 157, 158, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181

R

Recessão 15, 20

Representação política 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 132

Robert Kurz 1, 2, 3

S

Sistema partidário 121, 132

Soberania 5, 6, 7, 22, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 49, 56, 60, 62, 126

T

Teoria crítica 1

Teoria do valor 1, 3

Totalitarismos 1, 32

Trabalho 3, 4, 5, 7, 10, 15, 16, 35, 36, 51, 57, 66, 68, 74, 76, 77, 82, 83, 87, 92, 99, 105, 108, 121, 125, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 159, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 175, 177

Tuvalu 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

V

Violências 9

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br




Ano 2021

Ciência política global:

Perspectivas de
estudos culturais
e pós-colonialismo

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br




Ano 2021